



ADPEMA Noticias 3



15/02/2016 - Defensor Público participa de discussão sobre Unidade de Monitoramento Carcerário



O Defensor Público associado Heider Silva Santos, participou, no início deste mês, de reunião para definir o plano de trabalho de 2016 da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão, cuja execução ocorrerá em 12 etapas.

Apresentado no Centro Administrativo do Poder Judiciário, o plano traz como ações prioritárias as audiências de custódia, cadastro de presos e as medidas socioeducativas na área do ato infracional, apoiando os magistrados que atuam diretamente com a questão.

De acordo com o Defensor Público, o alinhamento destas ações entre as instituições serão importantes para uma maior fiscalização do sistema penitenciário, como a regulamentação de cadastro de visitantes e ainda a inclusão de visitas para população LGBT. “A Defensoria Pública tem um papel determinante neste sentido e como participante ativo destas decisões”, ressalta o associado.

12/06/2015 - ADPEMA fecha novos convênios para Associados



Convênios



10% de desconto no consumo



10% de desconto no consumo à vista, 5% no cartão



10% de desconto no consumo



10% de desconto no consumo



10% de desconto com cartões Fidelidade



10% de desconto no consumo



10% de desconto à vista, 10% nos cartões



10% de desconto à vista, 5% de desconto nos cartões



10% de desconto no consumo



Tarifa Especial



Tarifa Especial



Tarifa Especial



10% de desconto



10% nos mensalidades, 10% no restante



80% de desconto no valor do curso à vista ou 40% parcelado.



15% de desconto nos cursos de Inglês, Espanhol e Francês em todas as modalidades até a data de vencimento.



30% de desconto nos cursos de Inglês nível Básico, Avançado e Interme.



40% de desconto no valor do curso ou 10% no valor de portabilidade



10% de desconto em qualquer serviço



10% de desconto nos serviços prestados



10% de desconto nos serviços prestados



20% de desconto à vista. Parcelamento em até 5x para valores acima de R\$ 200,00



12% de desconto à vista parcelamento em até 3x



12% de desconto à vista, 10% nos cartões (1x) ou 5% nos cartões (4x)



10% de desconto no mês de obra, 10% a 20% no campo de peças. Parcelamento em até 3x sem juros



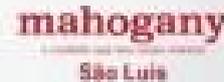
20% de desconto nos mensalidades



Tarifa Especial
Após 6 meses: 130,00 + 5%
Após 9 meses: 150,00 + 5%
Após 12 meses: 200,00 + 5%



Tarifa Especial
Após 6 meses: 130,00 + 5%
Após 9 meses: 150,00 + 5%
Após 12 meses: 200,00 + 5%



10% no pagamento à vista, no débito ou no cartão de crédito e 5% de desconto para pagamento no cartão de crédito



Plano Fitness e Plano Fitness Total
Benefício: 10% de desconto sobre o preço, até 30% no almoço



10% de desconto na mensalidade do plano individual, 20% no restante



20% de desconto no Massagem, Ginástica e Hidroginástica para pagamento à vista ou cheque ou no cartão, com parcelamento em até 5, 10 ou 15 de cada mês.

Com uma política de oferecer os melhores serviços aos associados em diversas áreas, a Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA), neste mês de maio, fechou mais dois convênios, a loja de produtos de beleza Mahogany e a rede de academia de ginástica Bodytech.

A loja MAHOGANY São Luís fechou convênio oferecendo desconto de 10% no pagamento à vista, no dinheiro ou no cartão de débito, e 5% de desconto para pagamento no cartão de crédito aos associados ADPEMA. Já a Academia de Ginástica BODYTECH SHOPPING DA ILHA oferece ótimas oportunidades para os associados. O Plano Fitness (musculação, cárdio, atividades coletivas, running class, indoor cycle e hidroginástica) através do DCC (débito em cartão de crédito com periodicidade mínima de três meses), com 10% de desconto sobre o valor da parcela, além de 50% de desconto na taxa de adesão; o Plano Fitness Total (musculação, cárdio, atividades coletivas, running class, indoor cycle, hidroginástica e natação- piscina semiolímpica) com descontos através do Sistema DCC (com 10% de desconto sobre o valor da parcela, além de 50% de desconto na taxa de adesão) e Semestral (com 10% de desconto sobre o valor da parcela, além de 50% de desconto na taxa de adesão).

A ADPEMA ainda oferece os convênios com a Academia Viva Água, com desconto de 10% na mensalidade do plano individual, e 20% de desconto na matrícula; Hotel Veleiros, com tarifa especial para defensores associados, sendo apartamento solteiro no valor de R\$138,00 + 5%, duplo no valor de R\$158,00 + 5%, e triplo no valor de R\$220,00 + 5%; e Hotel Ponta D´areia, com tarifa especial do apartamento solteiro no valor de R\$138,00 + 5% , duplo no valor de R\$158,00 + 5%, e triplo no valor de R\$200,00 + 5%. O Hotel Veleiros renovou o convênio firmado no ano de 2014 mantendo os mesmos valores, entre outros.

Atualmente, a ADPEMA disponibiliza 33 convênios nas cidades de São Luís, Imperatriz e Açailândia em serviços como hotéis, escola de idiomas, academias de ginástica, restaurantes, oficinas, cursos de pós graduação, entre outros. Outros convênios estão sendo negociados. Defensores Públicos Associados que tiverem sugestões podem entrar em contato através do e-mail comunicacao@adpema.com.br ou pelos telefones: (98) 3199-6194/ (98) 99975-2283.

12/06/2015 - Prorrogação: Defensores terão até o dia 13 de julho para responder questionário sobre o Pesquisa para o IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil

Defensor Público,
o **IV Diagnóstico**
é sua oportunidade
de falar sobre o
seu trabalho
e o que pensa.
Participe!

Execução:

Herkenhoff & Prates



Defensores públicos de todo o Brasil terão mais um mês para participar do IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil – estudo que busca atualizar os dados sobre o perfil tanto dos defensores públicos do país quanto compreender o funcionamento das Defensorias Públicas da União, dos estados e do Distrito Federal. O questionário poderá ser respondido até o dia 13 de julho.

O formulário está disponível eletronicamente para que os defensores de todo o país possam responder de acordo com sua realidade local. Para garantir a privacidade do usuário, todas as informações serão tratadas com sigilo e as respostas não serão ligadas ao nome dos participantes. A pesquisa abrange perguntas sobre o número de membros nas defensorias, áreas de atuação e perfil socioeconômico dos defensores.

O Diagnóstico faz parte do projeto fortalecimento do acesso à justiça no Brasil, uma parceria entre Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), do Ministério da Justiça, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). O diagnóstico servirá também para contribuir com as reformas judiciais em curso.

Dicas:

Listamos algumas possíveis dificuldades e dicas para acesso ao questionário da pesquisa:

1. Um e-mail contendo o link para acesso ao questionário foi enviado ao seu endereço eletrônico.

Se tiver dificuldades em abrir o link, tente clicar segurando a tecla Ctrl.

Uma outra opção é copiar o link, colar no seu navegador e teclar Enter.

2. Não recebeu o e-mail contendo o link para acesso ao questionário:

Procure em sua caixa de lixo eletrônico (spam). Por conter links, o e-mail pode ter sido bloqueado.

Faça um pré-cadastro pelo [hotsite do IV Diagnóstico](http://diagnosticodefensoria.hpconsultores.com.br/) <http://diagnosticodefensoria.hpconsultores.com.br/> e receba o link pelo e-mail que informar.

3. Encontrou problemas para abrir o questionário ou prosseguir com algumas respostas:

Utilize um navegador atualizado (sugerimos o Google Chrome).

Desabilite a opção de bloqueio de pop-ups do seu navegador.

Certifique-se de ter selecionado o seu cargo e estado corretamente. Se tiver mudado de cargo recentemente, por gentileza, contate-nos.

Caso tenha alguma dificuldade, não hesite em contatar a equipe de Suporte do IV Diagnóstico por meio do hotsite da pesquisa.

Outras Informações no telefone: 0xx31 2534-9204.



A Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA) e Diretora para Assuntos Legislativos da ANADEP, Clarice Viana Binda, participou, nesta semana, das atividades da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP).

Na terça-feira (09), Clarice Binda participou da Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em Brasília. Entre os principais itens da pauta destacaram-se o balanço da Campanha Nacional 2015 e a organização do XII Congresso Nacional de Defensores Públicos, que será realizado de 4 a 7 de novembro deste ano, na Faculdade de Direito da Universidade Positivo do Paraná, em Curitiba. A reunião também foi pautada por outras discussões de âmbito jurídico e legislativo.

Na tarde do mesmo dia foi dada continuidade pelos presentes das associações estaduais à coleta de assinaturas dos parlamentares postulando a análise, pelo Congresso Nacional, do veto ao PLP 114, que inclui a Defensoria Pública na Lei de Responsabilidade Fiscal. As atividades legislativas continuam durante todo o dia 10 no Congresso Nacional, quando seria feita a leitura do parecer pelo relator da Comissão Especial referente à PEC da redução da maioria penal.

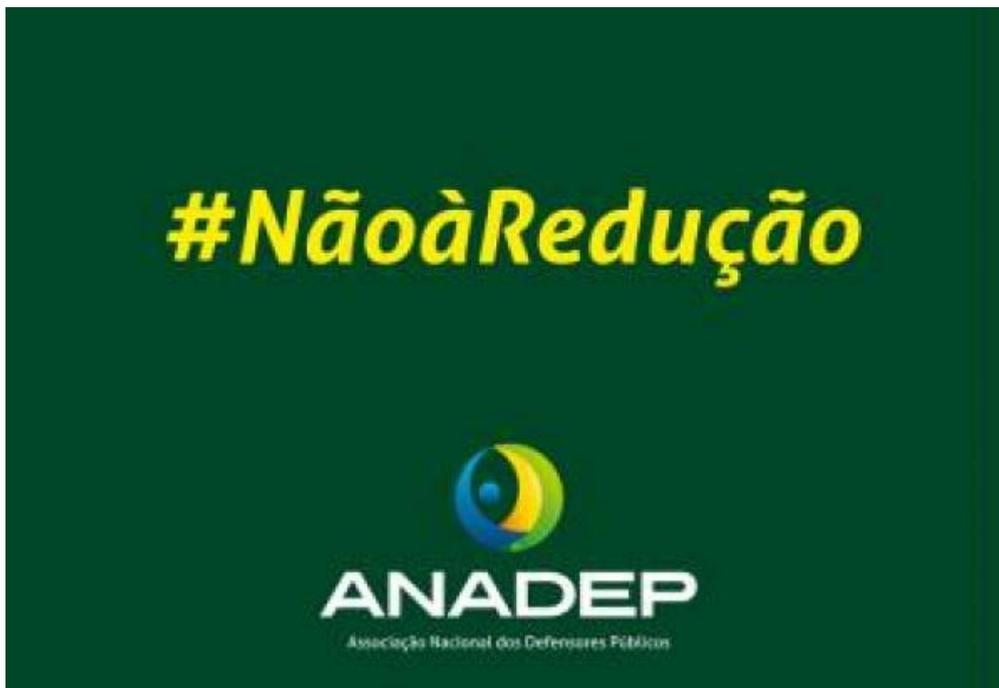
Ainda no dia 09, a Presidente participou juntamente com a diretoria da ANADEP de reunião com o Sub Procurador da República, Luciano Mariz Maia, para diligenciar as ações da ANADEP que estão no Supremo Tribunal Federal (STF).

Já quarta-feira (10), a diretoria da ANADEP reuniu-se com representantes da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Civil (Fendepol) para discutir propostas de alteração do CPP nas regras atinentes à lavratura do auto de prisão em flagrante. A proposta prevê, entre outras medidas, a obrigatoriedade da presença da defesa quando da lavratura do flagrante, requisição obrigatória de exame corpo de delito do autuado e necessidade de fundamentação da prisão pelo delegado. Na ocasião, os delegados apresentaram minuta de projeto que a categoria tem trabalhado sobre o tema. De acordo com o presidente da Fendepol, José Paulo Pires, "dialogar com os defensores públicos é fundamental".

Ainda no dia 10, a Presidente da ADPEMA também participou com a diretoria da ANADEP de reunião com representantes da Defensoria Pública da União (DPU) para tratar da alteração da Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública.

No dia 11, Clarice Binda reuniu - se com o deputado Aluisio Mendes (PSDC/MA), que recebeu a edição histórica da Constituição Federal publicada pela Associação Nacional. A Presidente também esteve com o deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA) para tratar sobre o PL 238/2015 que trata de estabelecer regras de igualdade de oportunidade, condição de trabalho e remuneração no serviços público federal. À tarde, Clarice Binda reuniu - se ainda com o deputado federal Hildo Rocha (PMDB/MA), que assinou o requerimento para derrubar o veto ao PLP 114, além de terem discutido sobre a PEC da Redução da Maioridade Penal.

11/06/2015 - Votação do relatório sobre redução da maioria penal fica para a próxima quarta-feira (17)



A votação do parecer favorável à redução da maioria penal foi adiada, após pedido de vista coletivo de parlamentares, nesta quarta-feira (10). A sessão na comissão especial da Câmara dos Deputados, que analisa a Proposta de Emenda à Constituição 171/93, foi marcada pela presença de estudantes contra a medida.

Na ocasião vários deputados reivindicaram a necessidade de ampliação de discussão sobre o tema. Entre eles: o deputado Alessandro Molon (PT/RJ) e as deputadas Maria do Rosário (PT/RS) e Erika Kokay (PT/DF). A discussão dos deputados se voltou para a necessidade ou não de leitura do parecer antes da votação e o presidente da comissão, deputado André Moura (PSC/SE) com base no regimento interno, afirmou ser prerrogativa do próprio relator decidir se leria ou não o inteiro teor de sua decisão.

Com a intensificação das manifestações dos estudantes, que gritavam palavras de ordem contra a redução da maioria penal, foi utilizado pela segurança spray de pimenta para dispersar os protestos. O plenário 1 do anexo 2 da casa legislativa acabou esvaziado e os parlamentares continuaram a sessão em outro local.

Após a leitura do parecer, os parlamentares, em pedido de vista coletivo, optaram por adiar a votação para a próxima quarta-feira (17), quando a reunião deve ser fechada em função dos

protestos.

Trabalho Legislativo: A ANADEP, em parceria com as 25 Associações Estaduais, reforça que trabalhará firmemente no Congresso Nacional para que o texto que permite que jovens cumpram pena em prisões comuns não seja aprovado.

Além de enviar nota técnica sobre o tema a todos os deputados, a Associação Nacional e a Comissão Especial da Infância e Juventude da Entidade têm mantido diálogo permanente com os parlamentares sobre o risco de aprovação da PEC 171. A Comissão está articulada para, inclusive, redigir ação direta de inconstitucionalidade a ser proposta pela ANADEP, no caso de aprovação.

Em nota, a Associação afirma que a aprovação da PEC é um retrocesso e não diminuirá os índices de violência, como tem sido defendido durante os encontros para falar sobre o tema.

Redes Sociais: Além da articulação política relacionada à PEC da Redução da Maioridade Penal, a ANADEP tem realizado um trabalho nas redes sociais. Todos os dias são feitas postagens estratégicas com dados técnicos sobre o tema. A ideia é desmistificar que a redução da maioridade penal será a solução para a violência urbana.

Participe da nossa campanha nas redes sociais. Vamos impulsionar a hashtag **#NãoàRedução**. Apoie. Compartilhe. Divulgue.

11/06/2015 - Presidente da ADPEMA toma posse no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos

A Defensora Pública Estadual e Presidente da ADPEMA, Clarice Viana Binda, e Thiago Josino Carrilho de Arruda, titular do Núcleo da Família e Registro Público e coordenador da Central de Relacionamento com o Cidadão (CRC), tomaram posse no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CEDDH), representando a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), como titular e suplente respectivamente. Clarice Binda não participou da solenidade devido a outros compromissos anteriormente agendados.

Na ocasião foi realizada a primeira reunião ordinária da 5ª gestão do colegiado, que também marcou a reabertura do processo de escolha para o cargo de ouvidor geral da Segurança Pública.

O CEDDH é uma instituição ligada à Sedihpop e, entre outros temas discutidos durante a reunião ordinária estiveram a realização da Conferência de Direitos Humanos, eleição das ouvidorias externas da Segurança Pública e dos Direitos Humanos, além de assuntos referentes à pauta indígena.

Eleito para presidir o Conselho Estadual de Direitos Humanos, Francisco Gonçalves, titular da Sedihpop, destacou que é preciso desenvolver instrumentos para a instituição de uma política que assegure os direitos dos cidadãos. "É de interesse do governador Flávio Dino a criação de um sistema de proteção dos direitos humanos no Estado. Isso inclui a elaboração de um Plano Estadual de Direitos Humanos e, nesse trabalho, o conselho desempenhará um papel fundamental", afirmou.

Entre outras atribuições, cabe ao conselho investigar as violações dos direitos humanos no Maranhão; receber e encaminhar às autoridades competentes as denúncias recebidas; e estudar e propor soluções para os problemas referentes à defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana e da cidadania. Também fazem parte do conselho representantes da sociedade civil.

Para Francisco das Chagas, do Centro de Defesa e Proteção dos Direitos e da Cidadania de Santa Quitéria, o conselho tem um papel importante para no enfrentamento às violações de direitos humanos. "Esse é um conselho estratégico em todo o Estado, pois todas as políticas de direitos humanos que serão desenvolvidas passam por aqui. Aqui é um espaço onde a gente pode discutir,

apontar as necessidades e ter um olhar crítico acerca das políticas que envolvem a proteção dos direitos humanos em nível de Estado", afirmou.

*Informações ASCOM/DPE MA

10/06/2015 - Novo artigo no Site: A maioria tem sempre razão?

Clarice Viana Binda é Defensora Pública Estadual, Titular do Núcleo de Direitos Humanos da DPE/MA, Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA) e Diretora para Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP).

Carlos Eduardo Lula é Advogado, Professor e Secretário Adjunto da Casa Civil do Governo do Maranhão.

“Com a crise atual do nosso modelo de Democracia Representativa, é necessário ouvir cada vez mais a população e recriar mecanismos de consulta direta à população. Precisamos de efetivos mecanismos de democracia participativa”.

O discurso acima, colocado de modo descontextualizado, serviria, sem dúvidas, de fundamento a diversos elogios, da direita à esquerda. Serve atualmente também ao Congresso Nacional, já que nosso Parlamento pretende reduzir a maioria penal e como fundamento legitimador da medida ventilou a ideia de ouvir a população, através de um plebiscito ou um referendo. A ideia da consulta popular habitou também o discurso de muitos defensores da reforma política.

O problema da representatividade e da democracia em modelos de sociedades complexas como as que temos atualmente não é de tão simples solução. Pesquisa CNI/Ibope do ano de 2011 aponta que aproximadamente 79% dos brasileiros acreditam que penas mais rigorosas podem reduzir a criminalidade, a despeito das estatísticas mostrarem que nunca se prendeu tanto no país e nunca a criminalidade esteve tão alta. Entre os entrevistados, 46% defendem a pena de morte e 69% a prisão perpétua. Já 86% dos entrevistados aceitam a redução da maioria penal. A pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) realizada em 2014 apontou que 58,5% dos entrevistados concordam com a ideia de que se as mulheres “soubessem como se comportar”, haveria menos estupros.

Então o que fazer com a democracia direta quando é o próprio povo quem apoia a pena de morte ou tolera estupros contra mulheres de minissaia? O que fazer quando o próprio povo, esse poder soberano, esmaga “democraticamente” uma minoria marginalizada?

Nesse caso, temos de admitir, ainda que reconhecidas todas suas insuficiências, as virtudes de um modelo de democracia representativa. Atualmente, a arena política está inundada por fatores e decisões técnicas, que o povo não domina, de modo a dificultar a participação de cada pessoa nos processos decisórios. Sociedades complexas, problemas e soluções igualmente complexos.

Assim, uma decisão sobre a reforma política ou a redução da maioria penal, é eminentemente técnica, pressupondo que quem decida conheça e entenda as consequências de sua decisão para toda a sociedade brasileira. Não se quer aqui que tais reformas sejam delegadas a uma comissão de “ilustres”, de “técnicos”.

Ao revés, o que se está afirmando é que o melhor campo para aliar conhecimento técnico e decisão política ainda é o Poder Legislativo, o qual, caso viole em seu processo decisório algum direito fundamental, terá sua decisão submetida ao controle do Judiciário. Obviamente, tudo com a influência do povo, mas não diretamente decidido por ele. Nem sempre as decisões majoritárias são materialmente justas, e talvez resida aí a contradição trazida pela modernidade ao próprio regime democrático.

Ora, como se iria esclarecer suficientemente a população numa campanha de aproximadamente 30 dias sobre a redução da maioria penal? Como explicar a doutrina da proteção integral e o enorme retrocesso que a redução representa no atual estágio de defesa, promoção e garantia dos

direitos da criança e do adolescente no Brasil? Como explicar que se trata ou não de cláusula pétrea que não pode ser objeto de emenda constitucional? Será a sociedade está esclarecida que, diferentemente do que divulgam jornais, revistas e programas policiais, a idade de responsabilidade penal no Brasil não se encontra em desequilíbrio se comparada à maioria dos países do mundo?

Numa democracia representativa, o povo não decide diretamente os assuntos da comunidade, mas elege os seus representantes para que, filtrada a opinião da maioria, decidam de acordo com um julgamento mais ponderado, informado e menos apaixonado. Em diversos casos, a complexidade do assunto exige maioria qualificada não só para se garantir uma decisão justa, mas também para a proteção das minorias que não tem a expressão política das vozes majoritárias. Além disso, esses mesmos representantes decidem pautados em bases de direitos fundamentais que a Constituição que legitima sua representatividade impõe obedecer.

São esses direitos humanos, direitos fundamentais que todo ser humano é titular, que impedem a vontade da maioria esmagar os direitos de uma minoria igualmente humana. E uma democracia que considera o bem comum acima dos interesses particulares deve ter como parâmetro de referência os direitos humanos, sob pena de se instalar um regime totalitário disfarçado de democracia.

Assim funciona a Democracia Moderna da qual o Brasil faz parte: a representatividade, delegada a outro cidadão, é uma das regras para que se consiga fazer democracia em sociedades muito numerosas. Apostar no medo, na insegurança e no caos para fazer valer nossas vontades políticas é algo que já deveria ter sido esquecido como mecanismo de luta política, além de ser uma estratégia populista que fere a própria democracia. Admitir tal instrumento de guerra é retroceder à Idade das Sombras, se bem que um tempo em as mulheres que usam minissaias precisam ter receio de serem esturpadas talvez mereça tal denominação.

Clarice Viana Binda é Defensora Pública Estadual, Titular do Núcleo de Direitos Humanos da DPE/MA, Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA) e Diretora para Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP).

Carlos Eduardo Lula é Advogado, Professor e Secretário Adjunto da Casa Civil do Governo do Maranhão.

Ver edições anteriores »



Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão
Rua Professor Pinho Rodrigues, nº 20, sala 311, Edifício Quartz, Jardim Renascença, São Luis/MA, CEP
65075-740
Tel./Fax: (98) 3199-6194
Cel: (98) 987583882
secretaria@adpema.com.br